

Câmara reage aos cortes no seu orçamento

Depois que o procurador-geral da República, Aristides Junqueira, conseguiu liminar na Justiça contra os cortes que o ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, realizou no orçamento do Ministério Público, agora é a vez do Legislativo reclamar. Ontem o presidente da Câmara, Inocêncio Oliveira (PFL-PE), disse que não aceita a redução feita pelo Governo nas verbas orçamentárias da casa que preside. "Estamos dispostos a dar nossa contribuição para o ajuste das contas públicas, mas temos que garantir também o funcionamento do poder legislativo", disparou.

Inocêncio Oliveira acusou o Executivo de não ter honrado um acordo feito sobre o teto dos gastos da Câmara no próximo ano e disse que depois de uma negociação que durou dois meses, o Governo realizou um novo corte unilateral. "Sem nos consultar, eles cortaram mais três bilhões da proposta que já tínhamos negociado", disse Inocêncio. "Em outubro, fechamos

um acordo com o Governo no sentido de que o orçamento da Câmara para 1994 seria reduzido de Cr\$ 16 bilhões para CR\$ 12 bilhões", explicou. "Não aceitamos e queremos que o acordo seja cumprido".

O orçamento da Câmara para o próximo ano foi fixado, na proposta orçamentária encaminhada em agosto ao Congresso pelo ministro Cardoso, em CR\$ 16,670 bilhões, que correspondia, a preços de abril, a 589 milhões de dólares. Os gastos com pessoal foram estimados em CR\$ 10,42 bilhões ou 368,3 milhões de dólares. Os gastos com custeio e investimento foram fixados em CR\$ 6,24 bilhões ou 220,7 milhões de dólares. A partir de setembro, o Executivo começou a negociar com Inocêncio Oliveira um corte nessas despesas. Chegaram a um acordo e fixaram os gastos globais em CR\$ 12,4 bilhões ou 438,6 milhões de dólares, com as despesas com pessoal sendo estimadas em CR\$ 8,19 bilhões ou 289,7 milhões de dólares e os dispêndios com custeio e investimento definidos em CR\$ 4,2 bilhões ou 148,9 bilhões de dólares. O corte realizado foi de 25,5 por cento.

No final da semana passada, o presidente Inocêncio Oliveira recebeu um comunicado do Mi-

nistério do Planejamento informando que os gastos totais da Câmara para 1994 tinham sido reestimados e fixados em CR\$ 9,2 bilhões ou 325,4 milhões de dólares, com corte de 44,7 por cento em relação à proposta inicial de agosto.

O mais grave, no entendimento de Inocêncio Oliveira, é que boa parte dos recursos que vão financiar as despesas da Câmara virá da receita obtida com o bloqueio de 15 por cento das transferências dos estados e municípios e das demais verbas vinculadas no Orçamento. "Criaram uma fonte 199 no Orçamento, que não existe porque a emenda que cria o Fundo Social de Emergência não foi sequer votada pelo Congresso", disse.

Hoje o presidente da Câmara, o presidente do Senado, Humberto Lucena, e a presidente do Tribunal de Contas da União, Elvia Castelo Branco, terão um encontro com o ministro do Planejamento, Alexis Stepanenko, para discutir a questão. O clima da reunião promete ser tenso, porque os técnicos do Ministério do Planejamento afirmam que as verbas concedidas para o Congresso em 1994 são maiores que a média da execução financeira realizada em 1992 e 1993.